

ANÁLISE JURÍDICA

Projeto de Lei nº 66/2022, de autoria do Poder Executivo, que altera os incisos do artigo 4º e o artigo 8º da Lei nº 2.203/2007, que cria Conselho Municipal de Habitação de Palmital e dá outras providências.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo

Ordinário.

II- COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES:

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opinamos para que sejam ouvidas a <u>Comissão de Finanças</u>, <u>Orçamento e Gestão Pública</u>, a <u>Comissão de Saúde, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social e a <u>Comissão de Justiça</u>, <u>Redação</u>, <u>Ética e Cidadania</u>.</u>

III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do inciso II, do art. 161, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por <u>maioria simples</u> de votos dos membros da Câmara, por meio de <u>processo simbólico</u>, consoante disposição regimental prevista no inciso I do art. 163.

Palmital, 23 de novembro de 2022.

Márcio Junior de Oliveira Procurador Jurídico

Natacha Milm Soon Natacha M. Vilas Boas Campos

Estagiária de Direito